

## DEBATE DA MESA REDONDA

LUÍS MARQUES DE SOUSA. Ouvi com bastante atenção e interesse os subsídios aqui apresentados e queria dizer que existe um interesse comum porque no Brasil temos problemas semelhantes. Gostaria até de destacar a presença do meu chefe de departamento, professor Silva Belk que está fazendo uma pesquisa aqui em Lisboa.

Gostaria de fazer apenas um reparo sobre um assunto que foi falado aqui, que é o problema da desmotivação. É um problema mais ou menos mundial, não só na área da Linguística como em quase todas as outras disciplinas. Numa entrevista que concedeu ao jornal "O Globo", o professor Celso Cunha disse o seguinte: "O ensino da língua portuguesa vai mal. De repente a língua portuguesa passou a ser o bode expiatório dos insucessos da educação brasileira". Então ele perguntou o seguinte: "E nas outras disciplinas? Será que vai bem a Matemática, será que vai bem a História, a Geografia, as Ciências?"

Por ocasião da minha pesquisa para a minha tese de doutorado, tive que trabalhar bastante com psicologia e, especificamente, com motivação. Ora a Dr<sup>ª</sup> Isabel e outros componentes da mesa falaram bastante sobre o problema da desmotivação. Gostaria de fazer só um reparo porque, por desconhecimento, usei durante muito tempo a palavra motivação e desmotivação, e a psicologia contemporânea mostrou que, na realidade, esse problema não é bem assim. É uma expressão pedagógica que se usa: "Ah, o aluno é desmotivado, o aluno é motivado...", mas, na realidade, essa afirmação precisa de ser revista porque todos nós possuímos motivações. Cabe ao docente estimular essas motivações.

Conversava ontem com o professor Paiva Boléo sobre problemas de gramática e a conversa me fez lembrar um ex-professor meu no Brasil,

prof. Guterres, que dizia sempre o seguinte: "Existem assuntos realmente difíceis mas existem também professores extremamente problemáticos" (o que foi, inclusive, apontado numa pesquisa realizada com os alunos).

Em relação a outras coisas que foram colocadas, em relação aos alunos, sobre o problema da Linguística, como ele é ensinada, o José Victor colocou muito bem: talvez houvesse até de se criar um curso paralelo para "Como se ensinar Linguística aos nossos alunos". Na medida em que não existe um curso de Linguística na graduação para formar linguistas, todos nós, que nos consideramos linguistas, na realidade nós somos, no bom sentido. Nós somos improvisadores, porque fomos fazer Linguística apenas em curso de pós-graduação, mas fizemos a graduação normal.

Num artigo de 1978, um linguista disse o seguinte: "Depois de mais de doze anos de estudos de gramática inglesa em bases transformacionais por dezenas e dezenas de pessoas, não temos praticamente uma única análise razoavelmente articulada de qualquer componente da gramática com o mínimo de estabilidade e certeza". Tanto no Brasil, como em Portugal, como em quase todos os países do mundo, houve o momento do "boom" da Linguística Chomskiana. Aliás, o próprio Chomsky, num artigo chamado "Teoria Sintática", diz com bastante clareza que formulou uma teoria para ser colocada ao serviço do estudo de uma língua, e não ao serviço do ensino de uma língua. Um as pessoas afoitas, principalmente no Brasil (não conheço bem a realidade portuguesa), começaram a colocar em livro didático, para crianças, descrições arbóreas onde havia apenas a mudança de rotulações e aquilo não melhorou o ensino da língua materna.

Sobre a fala da professora Graça Rio-Torto, em relação à gramática, eu realmente tenho as minhas dúvidas. Ainda continuo a seguir uma doutrina do prof. Matoso Câmara Júnior, quando ele diz o

seguinte: "A Gramática Normativa tem o seu lugar à parte imposto por injunções de ordem prática dentro da sociedade. É um erro profundamente perturbador misturar as duas disciplinas e, pior ainda, fazer Linguística Sincrónica com preocupações normativas". Mas porquê? No Brasil, e acredito que em Portugal também, a existência da Gramática Normativa é uma exigência. Além de ser uma exigência social, é também um instrumento de interrogatório em concursos oficiais, por exemplo. Enquanto a escola estiver atrelada a esse tipo de exame, fica muito difícil para o professor de Língua Portuguesa mudar. Em lugar de ensinar terminologias oriundas da Gramática Normativa, começa a implantar terminologias oriundas da Linguística, o que me parece que não resolve o problema.

Para terminar, todos nós aqui desejamos que a Linguística se amplie bastante e, como somos pessoas preocupadas, devemos ter bastante prudência. Uma edição de um linguista mineiro, Mário Periny, para uma nova gramática do português, começa a apresentar uma série de contribuições para o que seria uma nova gramática. Como linguista, eu fiquei muito preocupado com uma conclusão que ele coloca no final: "Não pretendo com estas considerações diminuir a importância do estudo da Literatura, ou do domínio da linguagem literária, mas acho que num sistema educacional que tão frequentemente deixa alcançar o mínimo, é importante colocar objectivos mais realistas para o ensino da língua. É por razões como essas que gostaria de sugerir que a Gramática seja, pelo menos em um primeiro momento, uma descrição do português padrão tal como se manifesta na literatura técnica e jornalismo". Ora eu não sou da área de Literatura mas acontece que, quando uma criança é alfabetizada, imediatamente toma contacto com os textos da literatura infanto-juvenil. Então eu, sinceramente, na condição de linguista, não consigo eliminar, como é a proposta do Periny, os estudos do texto literário

para uma Gramática, porque a acusação que se faz (que é, por exemplo, a de Celso Pedro Luft, num livro dele, Língua e Liberdade) é que a Gramática só apresenta exemplos de autores bastante conhecidos ou consagrados.

Outra coisa também interessante é que, no "afã" de produzir teorias, as pessoas acabam se contradizendo.

Há um livro chamado Análise Sintáctica de uma linguista brasileira da minha Universidade, que começa assim: "O objectivo deste trabalho é realizar uma ponte entre o estudo de Sintaxe Gerativa e o ensino da língua", e depois ela vai fazer uma descrição das principais modificações que a corrente Gerativa Transformacional sofreu a partir de 1955. No final do livro, então, a autora conclui dizendo o seguinte: "Resta agora fazer a ponte". Muito obrigado.

DULCE REBELO. Queria, primeiro, felicitar os meus colegas por terem apresentado questões tão importantes, duma maneira tão acertadinha como bons jograis. Claro que nas nossas intervenções podemos sempre correr o risco de retomar algumas das questões que foram já abordadas, mas isso depende exactamente do facto de todos nós nos preocuparmos, já há muito tempo, com os problemas que foram aqui apresentados.

Relativamente à questão da desmotivação, eu só queria acrescentar que, na realidade, parece-me que ela não está estritamente relacionada só com a Linguística. Na verdade, existe uma desmotivação mais profunda que poderíamos dizer que é, de certo modo, de carácter social, e sem dúvida que a Universidade e todas as instituições de ensino e aprendizagem hão-de reflectir essa situação.

Mas houve aqui uns assuntos que me parece ser da máxima importância nós abordarmos, e, até, de diferentes maneiras. Refiro-me às características da formação universitária.

Na realidade, muitos dos problemas decorrentes são devidos ao facto de a Universidade não se preocupar com a formação de profes-

sores. Vimos que existem diversas licenciaturas mas nenhuma está canalizada para isso. No entanto, é uma realidade com a qual nos debatemos e foi aqui apresentado o número estatístico: 80% dos alunos universitários vão para professores. Assim sendo, parece que já era tempo da Universidade atender a esse facto importantíssimo e que, na realidade, afasta completamente de uma formação apropriada (a de ser professor) todos estes currículos que aqui foram abordados e até o facto de existir uma determinada quase incompatibilidade com algumas das disciplinas, além de outras que faltam. A formação dos currículos é para dar um certo número de conhecimentos aos alunos, para, na melhor das hipóteses, fazer o possível para que eles participem activamente nessa sua formação. É natural, como se depreende do próprio inquérito que foi aqui abordado, que os alunos se perguntem quais os objectivos da Universidade, porque, muitas vezes, eles entram numa Universidade para terem qualificação necessária para poderem enfrentar a vida, sem estarem verdadeiramente vocacionados para esta ou aquela profissão. Se a Universidade não forma professores, muito menos formará para outras profissões.

Depois, existe o problema duplo, que aqui também foi focado, que é o da formação científica (claro está, isso pretende-se na medida do possível) e pedagógica dos professores universitários. Ora, se os professores universitários muitas vezes menosprezam exactamente essas técnicas pedagógicas, também a própria Universidade não vai preparar, do ponto de vista pedagógico, os futuros professores que depois irão para o Ensino Secundário ou para outros graus de ensino.

Relativamente à questão da Linguística, ao seu ensino, à maneira como ela é muitas vezes assimilada só para os testes, pergunto-me: dadas as circunstâncias da falta de formação adequada dos nossos professores e, vamos lá, de todas aquelas pessoas que têm uma certa responsabilidade intelectual devido à sua formação superior, não seria conveniente fazermos uma certa força para que a Lingüística

tica também fosse ensinada em outros cursos que não só os de Letras, na medida em que nós assistimos a um certo descalabro da utilização da língua portuguesa? Isto, claro, tendo sempre em conta a quem é que se destinava e para que objectivos de formação e preparação.

Claro que aqui também foi focado que há certas disciplinas que não têm a sua presença na própria Universidade. Não posso deixar de referir o que já foi mencionado sobre a Sociolinguística e a Psicolinguística. A este propósito, queria inclusivamente informar que existe uma associação internacional de Psicolinguística Aplicada que tem a sua sede na Alemanha, que fez o seu primeiro congresso este ano, em Barcelona, no mês de Junho, e que vai realizar, de dois em dois anos, congressos regulares. Esta disciplina começa a ter tão grande importância que conseguiu reunir cerca de trezentos investigadores, alguns dos quais são docentes. Isso pode justificar que seja considerada de utilidade e que se veja qual a posição a ter nestes currículos.

Só queria, para finalizar, apoiar insistentemente uma proposta que foi apresentada pela mesa de a Associação de Linguistas, a Universidade e, inclusivamente, a Associação dos Professores de Português estabelecerem uma unidade para se fazerem as modificações necessárias, de modo a que dois aspectos sejam postos em foco: por um lado, dar a valorização necessária e indispensável à Linguística que muitas vezes é considerada como uma ciência abstrusa que não veio acrescentar nada em questões de ensino, o que realmente é falso, mas é necessário que nós possamos convencer; por outro lado, fazer força no sentido de que determinadas disciplinas, a Sociolinguística, a Psicolinguística, e outras afins, que já têm dado provas pela própria investigação que estão realizando, sejam consideradas nos futuros currículos, tendo em consideração a adaptação necessária dos conteúdos a ensinar. Será necessário fazer participar os alunos verdadeiramente nessa colaboração, para que se possa obter aquele

êxito que desejamos, para, de certo modo, obviar ao grande insucesso que ainda existe na nossa língua portuguesa.

JOSE KATUPHA. A importância do ensino da Linguística na Universidade é uma das tarefas em que nós, países ainda a começar a dar os primeiros passos, estamos a reflectir. Quanto à proposição que foi feita nesta manhã, eu, pessoalmente, acho que ela é muito importante, mas gostaria de acrescentar dois aspectos principais.

Aquilo que observei nos países desenvolvidos, onde estudei, e aquilo que pude observar aqui nestas exposições, é que existe uma grande discrepância entre o que se ensina em Linguística e aquilo que se faz fora quando se sai da Universidade. Os professores de Linguística, ou os membros das diversas associações de Linguística, não têm sabido ser agressivos como são outros ramos da ciência e do conhecimento. Um dos problemas que enfrentamos é que o ensino da Linguística na Universidade muitas vezes não influencia o sistema de educação do país. Ensinamos aos nossos estudantes Linguística, mas eles terão de enfrentar as legislações do Ministério da Educação, que são bastante rígidas.

Portanto, o papel da Linguística, penso, na Universidade deve influenciar o sistema de educação, se definirmos que o ensino da Linguística, o domínio do ensino da Linguística é, de facto, permitir que as pessoas vão para o ensino. Na minha opinião, a Linguística não deve ser restringida a dar possibilidades aos candidatos para irem ensinar. A Linguística tem diversos domínios de profissão; o jornalismo e os próprios médicos deveriam ter noções de Linguística.

Assim, a minha primeira proposta seria que a Associação Portuguesa de Linguística devia fazer uma investigação sobre qual é a autoridade hoje do ensino da Linguística, não só no plano do ensino da língua portuguesa como em várias outras áreas, porque isto permitirá fazer com que os conteúdos das disciplinas da Linguística

na Universidade correspondam aos anseios dos estudantes e, conseqüentemente, virá a diminuir o grau de desmotivação que aqui foi preconizado. Isto porque o ensino da Linguística hoje está enquadrado nesta problemática do que é o ensino: "Para quê aprender? Para quê ir à Universidade?". E a Linguística tem também de consciencializar-se de que, de facto, é preciso ensinar às pessoas que queiram aprender a fazer alguma coisa. E por isso mesmo a Linguística tem de ser competitiva neste mundo de competição.

É claro que há diferenças no meu país, do ensino da Linguística. Corresponde às necessidades imediatas do desenvolvimento da educação. Mas em Portugal penso que seria diferente. Portanto, eu gostaria de dizer também que não só se fizesse esta investigação de possíveis áreas de intervenção na sociedade, como também em termos de coordenação com outros países, sobretudo nós que estamos a dar os primeiros passos, que houvesse uma coordenação no sentido de o ensino da Linguística em Portugal servir também para o desenvolvimento de outros países.

LUÍZ FAGUNDES DUARTE. Esta comunicação não vem propriamente numa sequência directa do que foi dito aqui na mesa redonda. De qualquer maneira, vou apresentar uma experiência que está a ser realizada na Universidade Nova e que, de certa forma, pode ajudar a que se pense na utilidade do ensino da Linguística na Universidade.

Com a consciência do facto de que o ensino da Linguística na Universidade deve ter um cariz fundamentalmente formativo, a secção de Linguística da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa tem vindo a pôr em prática uma experiência que julgo ser única nas universidades portuguesas.

Trata-se da criação de uma cadeira opcional de Crítica Textual de perfil oficial em que são distribuídos aos alunos, após uma série de aulas de preparação teórica e metodológica, fotocópias de manuscritos de obras importantes no contexto da cultura portuguesa,



e que levantam problemas de ordem filológica. A tarefa dos alunos consiste fundamentalmente em fixar e editar, aplicando métodos científicos os textos que lhes são distribuídos.

Paralelamente, e à medida que os trabalhos vão sendo realizados, o professor vai dando as orientações técnicas e bibliográficas necessárias, de modo a que o trabalho assim realizado não resulte de uma mera aplicação de teorias e métodos pré-adquiridos, mas de uma constante defrontação do aluno com os problemas concretos que se lhe vão levantando, defrontação essa que impõe, por um lado, um exercício de reflexão teórica e, por outro, a necessidade de constituição de um aparelho metodológico adequado para a resolução de cada problema em si. A Linguística desempenha, obviamente, neste tipo de trabalho, uma tarefa fundamental, na medida em que o aluno tem a cada momento de tomar decisões que envolvem aspectos morfológicos, sintácticos e estilísticos dos textos sobre que trabalha. Mas a cadeira de Crítica Textual, organizada nestes modos, tem uma função interventiva na comunidade. Ao realizarem o trabalho de edição de textos de interesse público, os alunos têm a certeza de que as suas edições serão um dia publicadas. Neste momento, e a nível de exemplo, encontra-se quase pronta, e com editor assegurado, a dupla edição diplomática de um romance póstumo de Eça de Queirós, cujos trabalhos foram realizados, na sua maior parte, no âmbito das aulas da cadeira. Acabado o ano lectivo, isto é importante que se refira, e depois de terem sido avaliados consoante o trabalho realizado, os alunos quiseram continuar a trabalhar em conjunto, e sob a orientação do professor nesta matéria. Daqui resulta que um trabalho, inicialmente encarado como tarefa académica, formativa e avaliativa, passou a ser encarado também como produtiva, ou seja, numa perspectiva profissionalizante específica.

Neste momento, acho que também é importante referir: há organismos, incluindo editoras comerciais, interessados em recorrer

aos serviços destes alunos na transcrição e tratamento científico de textos problemáticos, o que me parece ser uma novidade no contexto das relações Universidade-melo profissional e a prova de que os cursos universitários de Letras podem dar saídas profissionais que não apenas as de investigadores, docentes e, eventualmente, tradutores em tempo parcial. Esta é a experiência que eu queria referir. A seguir vou fazer uma proposta que não é nova mas que convém ser sempre mencionada.

Propõe-se que a Associação Portuguesa de Linguística envide esforços no sentido de se conseguir que a capitação alunos-professores em Linguística, em qualquer das disciplinas de Linguística, seja muito mais reduzida, uma vez que o ideal de aula em qualquer disciplina linguística seria a aula de tipo oficial e laboratorial. Ora, a manter-se a capitação actual, que tende a aumentar, cadeiras do tipo Crítica Textual (neste momento tem um limite máximo de 15 alunos) tornam-se impossíveis, pois, obviamente, é impossível pôr 30 alunos a trabalhar um texto em simultâneo e, uma vez que as aulas não são expositivas mas laboratoriais, tornar-se-iam impossíveis com um grande número de alunos na aula. Refiro isso relativamente à Crítica Textual e, a propósito, põe-se o mesmo problema a nível da Fonética, da Sintaxe, da Morfologia, da História da Língua e, ao fim e ao cabo, de todas as disciplinas Linguísticas.

MARIA HELENA PAIVA. A minha intervenção situa-se no prolongamento da do Azevedo Ferreira, naturalmente sobre História da Língua Portuguesa em que trabalho. Eu queria começar por dizer que, muito mais grave do que as carências que os alunos nos apresentam relativamente aos conhecimentos de latim, me parece a carência dos rudimentos de uma Teoria da Mudança Linguística. Efectivamente chegam-nos ao 4º ano alunos mais ou menos familiarizados com correntes que se desenvolveram dentro da linguística sincrónica e com teorias que se desinteressam da variação linguística e em que, como sempre que isso acontece,

se gerou um impasse teórico irreduzível para a Linguística Histórica. Os alunos não tiveram uma cadeira de Sociolinguística nem de Dialectologia e a verdade é que a Linguística Histórica continua a ser uma ciência de observação. Penso que, nesse domínio, ela tem realmente um papel a desempenhar na formação de futuros professores de Português. Ela pode realmente contribuir poderosamente para os curar de um preconceito normativo que lhes foi instilado desde os bancos da escola primária, e que gera uma cegueira linguística muito prejudicial para o professor de Português.

Eu faria já uma proposta de que uma cadeira de Sociolinguística, que neste momento é uma cadeira facultativa, se tornasse numa cadeira obrigatória a situar antes da História da Língua Portuguesa; provavelmente haveria vantagem em articulá-la com a Dialectologia.

Terminaria fazendo minhas aquelas que são, aproximada e significativamente, as palavras de Saussure e Labov - de que os grandes fenómenos, os grandes factores que condicionam o uso da linguagem, aqui e agora, aqueles que podemos observar à nossa volta, são aqueles que se projectam na evolução linguística e, daí, o acentuar do papel formativo de uma Linguística Histórica.

AMADEU TORRES. A minha intervenção refere-se à Sintaxe e Semântica, e, também, à História da Língua da que tenho alguma ciência.

Quanto à Sintaxe e Semântica, recordo que, em 1902, Frege publicou um livro célebre, que depois Russell fez estremecer com o seu célebre paradoxo (mas mesmo assim ele continuou de pé, reformulado), chamado Leis Fundamentais da Aritmética.

Ora, parece-me, pela experiência de vários anos de ensino, que a Sintaxe e a Semântica se devem separar porque a Sintaxe absorve muito tempo e deixa pouco para o desenvolvimento dos estudos Semânticos. Entre Sintaxe e Semântica realmente há relação mas também bastante diferença. Pergunto se a Sintaxe e Semântica se podem ensinar bem sem uma espécie de compêndio, que seria assim: "Leis Fun-

damentais da Gramática", e se essas leis fundamentais podem estar desligadas duma epistemologia das ciências, em que estejam incluídas as teorias lógicas modernas e alguma coisa também das teorias matemáticas. Parece-me que não. Por isso, faço votos que a Linguística não esteja só presa às literaturas e às línguas mas também às Ciências, como a prof<sup>a</sup> Henriqueta Campos lembrou. Isto quanto à Sintaxe e Semântica.

Quanto à História da Língua, concordo com a intervenção de quem esteve aqui, agora há pouco, que uma teoria da evolução geral fonética das línguas é muito produtiva. Em parte, já se dá em certas Universidades. A Dialectologia, por exemplo, na Universidade do Minho e na Universidade Católica está incluída no 2º ano, junto a Fonética e Fonologia, ou por aí, mais ou menos. (Não sei se em todas as Universidades é assim). No mestrado, na Universidade do Minho, que terminou o ano passado, tive diversos alunos todos muito trabalhadores (um está cá como assistente) mas, sem ofensa para nenhum do grupo que frequentou esse mestrado, quem entrou melhor por essas teorias sintácticas e semânticas foi um que tinha um grande domínio das teorias lógicas e da matemática moderna.

Quanto à História da Língua, a minha experiência é esta: eu confirmo o que disse o Azevedo Ferreira. Sem um mínimo de noções da língua-mãe, das línguas românicas, é muito difícil e, normalmente, nota-se isto: os de Português/Inglês e os de Português/Francês fazem grande diferença na aprendizagem da História da Língua porque uns têm rudimentos de Latim, às vezes arranjados já à margem do curso ou durante o próprio curso; no segundo semestre nota-se já uma certa diferença. Por outro lado, aqui há anos, talvez há dois ou três anos, houve uma reunião no Ministério da Educação, em que fiz parte eu, o prof. Malaca Casteleiro e representantes de várias outras Universidades, cujo objectivo era o Latim ser integrado em Filosofia e em História, e reintegrado em Línguas e em Direito,

mas ficou tudo, falando assim, em "águas de bacalhau".

ÓSCAR LOPES. Eu costumo dizer a mim próprio que, em princípio, não pode haver muitas coisas importantes. Mas, na realidade, depois da apresentação dos participantes da mesa, nota-se uma vintena de problemas. Não pode haver, claro, vinte coisas importantes para o tempo que aqui se dispõe. Então, passei a menos. Agora tenho cinco que provavelmente passarão a três.

Ora bem, vamos lá ver se acerto quanto à ordem e se consigo ser conciso e, especialmente, preciso. Parece-me muito importante um conjunto de problemas postos pelo Dr. John Parker acerca do relacionamento entre o ensino do Português e da Literatura quer na pré-preparação liceal, quer na preparação universitária. Na realidade, nós, professores universitários, somos responsáveis por muitos erros que se fazem no liceu. Sabemos o que se passou no liceu, isto é, da nossa história vivida: de uma fase em que se fazia muita gramática taxativa, um bocado etimológica, com muita biografia, com alguma história muito geral, passou-se para várias coisas que tenho de meter num caixote porque não apareceram ao mesmo tempo - por exemplo, para o "Brincar às Árvores" de que fala Ana Maria e a Inês, passou-se para o meter na "pinha" dos meninos (desculpem o calão, é para ser mais enfático, não é) terminologias de análise textual, principalmente literárias, absolutamente incoerentes. Tudo isto traz uma confusão inextricável.

Além disso, eles chegam às aulas, chegam aos cursos de Linguística, cheios de preconceitos. Esses preconceitos são depois acentuados (eu não sei se isso acontece aqui nesta Faculdade, mas pelo menos na minha acontece) com preconceitos no ensino dos textos literários por parte dos nossos colegas de Literatura. Essa dicotomia que o John Parker apresentou, essa convicção de que o texto literário é um texto sagrado, completamente diferente do outro, isso é cultivado, não é? É cultivado dentro de certas teorias,

dentro de certas banalizações de teorias: dentro da concepção Heideggeriana de que "a palavra é a casa do ser", de acordo com a concepção do Barthes de que o poeta é um logoteta, prega-se o logotetismo como se o professor fosse um logoteta porque, afinal de contas, não é o texto que passa por logotetismo, é o próprio professor que impinge toda uma terminologia e todo um tipo de análise absolutamente esquemático e de que se não sai. Sabemos que isso transborda de todos os tipos de análise textual que estão publicados em revistas literárias a sério.

Isto é muito difícil. Parece-me que nós temos que discutir muito com os nossos colegas de Literatura - até acontece que eu tenho um pézinho na Literatura, outro na Linguística (mas tenho muita dificuldade em manter essa ligação) - para que eles compreendam que a linguagem não é uma coisa assim tão teológica como parece.

Segundo ponto, há uma série de problemas postos pela Isabel Hub que são extremamente importantes. Alguns já foram aqui focados: realmente a passagem do colectivo-turma para o colectivo de equipa, em ordem a uma motivação intrínseca, depende de pré-condições institucionais (tem de ser com turmas realmente pequenas), mas há outros problemas. Há, por exemplo, o problema da completa descoordenação entre disciplinas, muitas vezes descoordenação horizontal, a nível da mesma disciplina, em que a gente às vezes até tem que fazer compromissos. Eu odeio compromissos mas gostava de os discutir. Mas nem sequer tenho a possibilidade de os discutir porque há pessoas que, realmente, não estão aqui, estão noutra sítio. Como se pode discutir se as pessoas não querem discutir? Pessoas que nos acusam de terrorismo doutrinário, por exemplo.

De qualquer modo, é preciso enchermo-nos de caridade, de ternura e discutir com os nossos colegas para que haja uma coordenação mínima, como eu disse, horizontal e longitudinal. Na Faculdade de Letras do Porto estão fixadas precedências mas está averiguado que certos alu-

nos conseguem, por qualquer falta burocrática, matricular-se em disciplinas que deviam ser precedidas antes de fazer as precedentes, são capazes de passar nas precedidas e não nas precedentes. O que é que prova? Que a fixação de precedências é absolutamente irrealista. Por isso eu, na minha Faculdade, tenho votado sempre contra as precedências, não é que as ache desnecessárias, é que o estado de coisas corresponde de facto a isso.

Quanto ao Azevedo Ferreira e à Helena Paiva, o meu mais completo aplauso para a necessidade do ensino do Latim. Põe-se aqui um problema muito sério, que é uma actualização da pedagogia do latim e, nomeadamente, a nível do ensino pré-universitário. Mas, de facto, o Latim é muito importante em vários aspectos. O estudo do Latim presta-se a um contraste diacrónico muito nítido entre dois estados de língua que são, realmente, muito diferenciados. Todavia, a gente sente aproximações. Portanto, é uma abordagem privilegiada para problemas de tipologia de várias coisas. Por outro lado, eu não percebo bem como é que se pode ter uma consciência histórica das instituições sem ter uma informação, por exemplo acerca do vocabulário indo-europeu. Quer dizer, sem ler o livro clássico acerca das instituições indo-europeias, ou pelo menos o de Coulanges, acerca de cidade, da "citê" antiga, eu não sei como é que se pode entrar em história de Roma e história da Grécia (já me contentava com a história de Roma). Portanto, parece-me que há muitas razões, e que não são apenas linguísticas, que são até de ordem de cultura geral, que indicariam para as necessidades da nossa cultura de ensinarmos Latim. E devo dizer que o Latim se ensina, a nível Secundário, pré-universitário, em países que não são latinos. Inclusivamente, eu vi na Geórgia, vi em países de estrutura cultural completamente diferente, até mais influenciados pela cultura bizantina do que pela cultura romana, que o ensino do Latim é necessário para depois ensinar o Georgiano ou o Russo. Porque se considera que há um estágio fundamental na história da Cultura e na

história da literatura que é a fase da civilização romana.

Bom, é só isso. Acho que seria muito importante a licenciatura de Linguística e a criação (vocês têm aqui em Lisboa, parece-me que não oficialmente) de um Departamento de Linguística. É muito necessário - é que nós não temos e, de facto, sente-se muito a falta.

LUIZA OPITZ. Não é para seguir a sugestão da Dulce Rebelo à cerca de o "acertadinho", tipo "de jogral", mas as razões serão expostas na sequência daquilo que vou dizer.

Gostaria realmente de mostrar o meu regozijo por haver alguém que veja, ou tente ver, a articulação do ensino da Linguística e do ensino universitário com a formação profissional, já que eu tive ocasião, ainda este ano, de acolher os anseios de alunos que, embora muito virados para a Linguística, estão sobretudo interessados numa outra formação. Eu estou a lembrar-me precisamente do caso de um aluno que estava voltado para o Teatro. A sugestão que sugeri dessa reunião com alunos foi a de que se criasse um núcleo, um tronco comum de dois anos, por exemplo, no ensino universitário, e que depois se criasse, mesmo na Linguística, um ensino mais diversificado e institucionalizado que realmente pudesse contemplar uma formação profissional extremamente diversificada e que, curiosamente, parece ser ignorada do ponto de vista da legislação. A propósito de legislação, devemos concordar com a nossa colega que, efectivamente, há uma legislação certamente obsoleta que terá que ser observada por nós. Teremos também de acolher a proposta do colega que falava na formação de uma equipa, aqui no seio da Associação de Linguística, precisamente para tratar desses problemas.

O segundo aspecto da minha intervenção vai no sentido de falar da minha experiência pedagógica. Se nós considerarmos que uma determinada problemática linguística, mesmo a nível teórico, não pode estar desligada dos níveis de práticas discursivas (dá-me a sensação



que se tem a tendência para esquecer que realmente determinados problemas teóricos, linguísticos, estão ligados a determinado nível de actividade discursiva), se nós vissemos essa articulação com bons olhos, então é natural que os currículos universitários tivessem tendência para ser feitos de uma outra maneira. Eu costumo dizer aos meus alunos (isto vai ser uma transição um bocado rápida, mas está tudo relacionado) que o grau de analfabetismo é observável e normal para todas as pessoas. Mas no 4º ano (eu ensino no 4º ano, portanto, estou a falar da minha experiência pedagógica no 4º ano) o grau de analfabetismo dos alunos do 4º ano é extremamente confrangedor, e não corresponde ao grau de analfabetismo desejável para alunos do 4º ano. Acontece que tenho necessidade muitas vezes de introduzir noções como a de resumo. Eu tenho a impressão que vou ficar conhecida na Fac. de Ciências Sociais e Humanas pela "senhora dos resumos".

Os alunos vão ter que se convencer que a prática de resumo, uma coisa que parece muito simples, corresponde a vários níveis não só linguísticos como discursivos. E tive ocasião de ver o outro lado, o outro lado da prática que o Luiz Fagundes aconselhou, a prática oficial, que era o lado negativo. E negativo porquê? Precisamente porque num programa que é extremamente determinado e determinante como seja, por exemplo, de análise de discurso, vejo-me a braços com dificuldades terríveis, precisamente na altura em que os alunos têm de resumir. Portanto, é o outro lado da questão: a actividade oficial seria extremamente profícua se os alunos estivessem realmente preparados para isso. Eu acho que mais do que ser eu a falar, será introduzir uma aluna brilhante recém-formada, uma aluna de Linguística, que pode manifestar uma experiência que, a meu ver, é extraordinária: é a experiência de ser professora de colegas, precisamente porque, com uma dedicação extraordinária, ela, sendo aluna, também já foi professora - a Helena Trigo.

HELENA TRIGO. Ora bem: mais do que ideias novas, venho trazer a perspectiva nova que é a perspectiva de ser aluna. Queria começar por expressar a minha satisfação em relação ao que tem sido dito até agora e falar, em primeiro lugar, e muito rapidamente, da minha experiência como aluna no contacto com outros alunos, isto é, o que tenho ouvido enquanto fazendo parte deles, e no contacto com os professores, o que tenho sentido em relação aos professores.

Muito simplesmente, o que é que os alunos (julgo que não é novidade) dizem da Linguística. Antes de entrar nas aulas de Linguística já têm medo. Há o mito da Linguística, em primeiro lugar. Em segundo lugar, queixam-se dos professores talvez porque não sabem queixar-se de si próprios. Queixam-se dos professores porquê? Porque falta organização e há uma certa intransigência e falta de comunicação com eles, uma falta de conhecimento também.

Em relação aos professores, o que é que eu noto? Talvez uma falta de preparação pedagógica unificada, coordenada. Parece que a pedagogia fica um bocadinho ao critério, ao jeito de cada um. E sinto muito a falta disso. Por exemplo, senti um bem geral na organização de toda a matéria e na planificação das próprias aulas. Era muito mais fácil havendo relações lógicas do que havendo um critério que a nós, pelo menos, não nos é explicado bem e que causa enormes dificuldades para a memória, porque a memória, sendo estruturada, claro que é sedenta de estruturas, de planos, de relações lógicas e, se nos dão uma aula de que não percebemos o encadeamento ou um programa do qual não nos explicam a relação, vamos acumular à força coisas que vamos despejar nos testes. Isto era a perspectiva enquanto aluna.

Em relação à minha experiência num grupo, ou seja, revisões em grupo: há um teste, as pessoas estão aflitas, logo, "reunimo-nos, mesmo sem professor, vamos conversar, tirar dúvidas entre nós". Neste caso, temos a vantagem de serem grupos pequenos e entre alunos.

Ora bem, o que é que acontece? Em primeiro lugar, é um grupo pequeno, assim, a concentração é maior (tenho experiência própria que se aparecem pessoas a mais, quase a turma inteira, já não há concentração. Portanto, maior concentração, resposta directa, olhos nos olhos (é importante isto), resposta à necessidade, sentir a necessidade da pessoa, perceber o que é que ela não percebe, o que é que lhe está a faltar. E, depois, em segundo lugar, uma situação informal, não há medo, não há vergonha de pôr dúvidas, não há timidez em não concordar com a resposta, e criticar. É evidente, os mais fracos põem dúvidas à vontade, insistem enquanto quiserem, e os que sabem mais não têm vergonha de criticar, pôr perguntas difíceis que, sem quaisquer problemas, vão levar a um aprofundamento e reformulação, mesmo da pessoa que está a falar. Concluindo, o que é que eu apontaria como solução? Três pontos: Pedagogia, pedagogia, pedagogia, isto dum ponto de vista de aluna, claro. Pedagogia porque, enquanto preparação psicológica, é preciso conhecer, e, a partir daí, desmistificar, criar a motivação, os aspectos lúdicos, adaptar o que queremos ensinar ao grupo concreto. Em segundo lugar, metodologia, organizar, planificar, exemplificar, dar respostas directas às questões, e, em terceiro lugar, comunicação com os alunos, comunicação entre os alunos - aquela ideia da equipa e de grupo pequeno é importante - e comunicação com os professores. Para isso temos aqui a Associação, não é?

Por fim, vou acabar de uma forma um bocado sentimental. Sintome um pouco no direito disso, visto que estamos no Ano Internacional da Juventude. Vou acabar dizendo que mais do que queixar-nos do que está mal, dos problemas dos alunos e dos professores, vamos contar o que podemos fazer de bom, as hipóteses, as possibilidades que estão à nossa frente. Obrigado.

INÊS DUARTE. Eu gostaria de dizer três coisas. A primeira diz respeito à motivação ou desmotivação dos alunos para a Linguística, em particular. Eu penso que todos nós vivemos, no fundo, a mesma situação de termos alunos que vêm para um curso de Letras, isto é, pensaram que iam ter aulas de Língua e de Literatura e de Culturas, e, de repente, encontram num espaço mínimo, quatro horas por semana, uma cadeira de Linguística. É uma matéria completamente desconhecida para eles e, digamos assim, impõe um relacionamento com o objecto de estudo diferente do que eles têm durante todo o resto do horário lectivo semanal. Perante isto, a reacção normal das pessoas, eu penso que é a reacção em relação ao inesperado, ao desconhecido: a generalidade rejeita, haverá alguns que aprendem a gostar.

Isto liga-se com outro problema que foi focado pela Isabel: é o facto do espaço do ensino da Linguística na Universidade ser um espaço confinado, em geral, às Universidades de Letras, isto é, um espaço de completa subordinação em relação às Línguas, às Culturas, às Literaturas. Ligado com isso também, penso que temos de reflectir sobre isto e, pensando no caso concreto da Faculdade de Letras de Lisboa e de outras ditas Clássicas, todos nós estaremos de acordo que o ensino da Linguística não é, com certeza, ensino de Língua. Mas, para a gente saber exactamente o que é o ensino da Linguística, teremos de ver também o que é que essa instituição está a formar, quer dizer, estamos a ensinar Linguística a quem e para quem? O que se passa, como todos nós sabemos, é que o estatuto, ou melhor, esses objectivos, no caso das Faculdades Clássicas, estão completamente baralhados e não explicitamente assumidos. Isto é, os nossos alunos, na realidade, vão ser fundamentalmente professores do Ensino Secundário, mas não recebem nenhuma preparação da Instituição, nenhuma formação para o serem.

É no meio de toda esta indefinição que a gente ensina a Lin-

guística que ensina. Mas também não nos desresponsabilizemos da Linguística que estamos a ensinar, porque, neste momento, está no nosso poder, entre todas as Faculdades do país, alterar o seu plano de estudos. E, na realidade, isso não tem sido feito. Não tem sido feito por nós provavelmente porque estamos nesse tal estatuto de subordinação na Faculdade de Letras. Gostaria de referir, finalmente, um último ponto, e esse parece-me que é muito importante (pe-  
lo menos para mim é muito importante), que já não se prende só com o estatuto institucional da Linguística e, conseqüentemente, com os linguistas na Faculdade de Letras, mas prende-se com o modo de funcionamento institucional dos docentes de Linguística na Faculdade. Darei novamente exemplo daquilo que me é dado observar nesta Faculdade. A generalidade das pessoas estão absorvidas com tarefas burocráticas e de gestão, quer dizer, não existe tempo, não existem "convites" a encontros de debate científico e pedagógico. As pessoas encontram-se para discutir os horários, encontram-se para plane-  
ar o princípio do ano lectivo, não se encontram para discutir assuntos de Linguística - o que ensinam e o que devem ensinar? Eu penso que isto é um problema dramático. Na nossa Faculdade, em que existe, não legalmente mas pelo menos na prática, uma divisão interdeparta-  
mental, nós não conseguimos, não temos essa prática, nem sequer den-  
tro do departamento de Linguística, para já não esquecer o facto de  
haver linguistas dispersos por outros departamentos. Na realidade,  
nós não temos uma prática de conversa e discussão dos trabalhos em  
conjunto.

Um outro problema que, penso eu, decorre deste: são raros os casos em que as coordenações de cadeira funcionam. Mas, nos raros casos em que isso se passa, penso que a qualidade do ensino melho-  
ra inevitavelmente e a taxa de insucesso diminui também considera-  
velmente.

Associadamente a isso e, penso eu, pelo facto de nós funcionarmos aqui, não é, raras são os projectos em que grupos de investigadores, grupos de docentes se congregam para chegarem, em conjunto, a um ensino comum - não temos projectos de investigação, não temos sido capazes de nos organizarmos para realizar projectos. Isto é muito grave e penso que, do ponto de vista do modo de funcionamento, está realmente apenas nas nossas mãos conseguirmos alterá-las. Portanto, retomaria uma expressão da Isabel e diria " a minha proposta é tornarmo-nos sujeitos ".

MARIA HELENA MIRA MATEUS. Em primeiro lugar, eu não posso deixar de referir as palavras de colegas meus, com uma saudação e parabéns às pessoas que prepararam esta mesa, porque, na realidade, ela mostra a importância do trabalho de equipa. É que vejo aqui ao de cima uma quantidade tão grande de problemas (que são os nossos problemas) e, na realidade, eles só teriam surgido depois de uma reflexão prévia que vocês fizeram. Em segundo lugar, na hierarquização da importância dos problemas, eu, no meio desta mole imensa de coisas interessantes, escolhi duas ou três. Mas penso que, ao falarmos deles, devemos ter presente que muitos já foram enunciados no Encontro do ano passado e que a experiência nos mostra que, embora houvesse propostas concretas, elas não foram levadas a efeito, nem por nós, nem pelos organismos a quem competia levá-las a efeito e a quem nós as dirigimos.

Em primeiro lugar, quando se fala de desmotivação, e depois se apontam várias causas, eu julgo que com elas está relacionada uma proposta já no ano passado apresentada na mesa redonda sobre a Linguística e o Ensino da Língua Materna, que é: criemos, ou procuremos, ou exijamos a criação no Ensino Secundário de uma disciplina que prepare as pessoas para saberem o que é essa coisa do estudo da linguagem.

Eu retomo essa proposta e vou apresentá-la à mesa, para enfatizar a importância de que se dissocie o ensino da língua materna desde que haja a convicção de que ela serve para alguma coisa, no sentido de um desenvolvimento linguístico, na produção e na recepção daqueles que são os sujeitos-objects de conhecimento. Podia ser levada a cabo, já no penúltimo ou antepenúltimo ano do liceu, uma outra disciplina que seria Estudos da Linguagem, que prepararia, como outras disciplinas preparam, uma entrada na Universidade com o estudo científico dos problemas aí abordados. Isso é a primeira coisa, e acho que a Associação Portuguesa de Linguística deverá dirigir-se ao Ministério da Educação com uma proposta concreta nesse sentido. No ano passado, quando houve aqui a sessão de encerramento, o Ministro Seabra mostrou-se muito interessado em qualquer proposta concreta que fizéssemos para a alteração do Ensino Secundário. A senhora que estava com ele, a Secretária de Estado Adjunta, disse que enviássemos essa proposta. Assim fizemos e nada sucedeu. Portanto, comprometamo-lo directamente numa audiência para uma coisa concreta nesse campo. Essa é a primeira coisa.

Os alunos que vêm para a Faculdade, que da Linguística só conhecem uns aspectos que lhes foram transmitidos com a intenção, afinal, de conhecerem melhor a língua portuguesa, teriam uma outra preparação, uma outra motivação. Aliás, têm para a Matemática, têm para a Psicologia, têm para a Filosofia, têm para a Literatura, têm para muita coisa, não têm realmente para a Linguística.

Uma outra coisa que eu queria dizer era sobre um aspecto que, sem ter esta formulação, foi abordado pela Inês: a desmotivação dos professores. E isso é extremamente grave para quem ama esta casa e este trabalho e sente que as pessoas estão desmotivadas. E porque é que estão desmotivados os professores? Penso que há dois aspectos muito concretos. Esta Faculdade não se define sobre o que é que pretende no seu funcionamento, como instituição social. Não

se sabe se realmente ela forma professores, ou intérpretes, ou jornalistas ou não sei o quê. Também não há uma comunidade científica entre os professores que pudesse separar-se inteiramente da preocupação da formação profissional e trabalhar na discussão científica. Na realidade, não existe nem uma coisa, nem outra. Daí que os professores que, no fundo, desejariam trabalhar e aprofundar as suas pesquisas, se vêem obrigados a ensinar centenas de alunos para uma profissão que eles não sabem qual é. Isto também desmotiva, não são nem uma coisa, nem outra.

Ora, eu acho que estão em curso programas de reestruturação de Faculdades e, na Faculdade de Letras de Lisboa, nós sabemos que há já uma proposta, para a qual até contribuiu o departamento de Linguística com determinados aspectos que visavam, em linhas gerais, colocar a Linguística num melhor lugar dentro dos currícula. Portanto, exijamos aos Conselhos Científicos (eu falo pela Faculdade de Letras de Lisboa, mas suponho que o problema também se põe nas Faculdades do Porto e de Coimbra) que terminem essa proposta, mas que não a terminem sem terem a contribuição de representantes da Associação Portuguesa de Linguística - os outros falarão por si, os de Literatura, por exemplo, porque, na realidade, não pode ser terminada uma proposta sem que haja também a contribuição daqueles que já se têm preocupado com estas questões.

Por outro lado, que essa reestruturação contenha uma licenciatura em Linguística porque, quando se fala aqui de qual é a função social dos linguistas, ou para que serve a Linguística - isso é uma pergunta que todos nós conhecemos da parte dos órgãos de comunicação social que nos contactam - não haverá a possibilidade de darmos uma resposta que tenha uma concretização na prática, enquanto não houver um espaço de investigação no ensino dedicado à Linguística. Portanto, a licenciatura em Linguística é essencial para motivar os próprios professores e para desenvolver exacta-



mente a imagem que temos de enviar para o exterior, relativamente à nossa prática científica. Essa exigência parece-me que é indispensável para qualquer reestruturação que se leve a efeito, dentro das Faculdades de Letras.

E queria também dar só uma achega relativamente a um trabalho final dos alunos, e está relacionada com o número de alunos por aula. Nós temos um "numerus clausus", que embora seja "clausus", abrange alunos com a classificação mais baixa de todos os alunos da Universidade - a Faculdade de Letras de Lisboa recebe alunos cuja nota, cuja classificação é próxima de dez. Não quer dizer que eu dê uma importância definitiva às classificações com que as pessoas concorrem ao Ensino Superior, mas elas alguma coisa indicarão, e enquanto não houver uma reformulação do sistema de ingresso, será essa que teremos de ter em conta.

Ora a Faculdade de Letras de Lisboa fez um pedido para diminuir o "numerus clausus" relativamente aos cursos de Línguas e Literaturas Modernas; esse pedido junto do Ministério não foi aceite, a não ser num número muito diminuto de alunos e na redistribuição pelas várias variantes. É isto porque se trata sempre de uma questão de ordem política. Na realidade, houve uma diminuição de "numerus clausus" em Direito e o Ministério considerou que não podia fazer também uma redução em Letras - se houve em Direito, não houve em Letras. Estas questões nunca têm a ver com questões de ordem científica nem questões de mercado de trabalho - têm a ver com outras. Nós sabemos que é difícil a efectivação de qualquer dessas propostas se não houver vontade política. Por isso, também sinto que devemos dirigir-nos directamente ao Ministério da Educação com alguma dessas propostas. Na realidade, enquanto não houver uma diminuição (e, como sabemos, não pode aumentar indefinidamente o número de professores) não podemos ter um número razoável de alunos nas aulas. No entanto, esse

número diminuto de alunos nas aulas é essencial para fazer um trabalho. Quando o Luiz Fagundes referiu a experiência que fizeram na Universidade Nova, eu lembrei-me duma experiência idêntica em preparação de texto para publicação que foi levada a efeito há muitos anos aqui na Faculdade. Lembro-me da motivação que as pessoas podem ter perante uma coisa destas.

ISABEL HUB FARIA. Eu queria pegar só num minuto ou dois para colocar algumas questões que têm que ver com as intervenções anteriores.

Em primeiro lugar, acho que não há dúvida nenhuma que os professores e os alunos de medicina, por exemplo, sabem o que é que devem saber, o que é esperado que eles saibam à saída de um curso. E também sabem o que é que é esperado saber à entrada do curso. Em Direito sabe-se o que se deve saber à saída do curso, o que é que se pede quando os alunos entram. Em Línguas e Literaturas Modernas não se sabe exactamente o que é que se deve saber à saída do curso, porque se mantém fantasmagoricamente oculta a saída prioritária deste curso. Mas isto complica-nos a vida porque, evidentemente, acarreta um segundo problema, que é: o que é que se deve saber de Linguística à entrada de um curso de que não se sabe o que se deve saber à saída? Eu acho que temos de estabelecer à partida algumas prioridades. Se os Conselhos Científicos, as Escolas, os Ministérios não sabem responder institucional e conjunturalmente a estas perguntas, a Associação Portuguesa de Linguística tem de saber para que é que serve a Linguística, e é esta comunidade, e não a comunidade dos docentes de Linguística (que são um subgrupo dos docentes dos vários departamentos e instituições), que têm de definir esta questão. Como disse o Katupha, a Linguística serve para várias coisas, para além da formação de professores. É extremamente importante hoje em dia no mercado de trabalho, e também não se sabem quais as saídas profissionais. Estamos a fazer concursos para tradutores da C.E.E.. Qual é a sua formação fundamental? Uma saída profissional

que não se sabe correctamente qual é. Há constantemente pedidos e consultas de linguistas para ajudarem na legislação. Qual é a formação que eles devem ter? Há necessidade que os médicos percebam quais são as camadas sociais com que têm que estabelecer interacção. Será que eles sabem distinguir linguisticamente com quem estão a falar e como é que estão a falar? Então não é a Associação Portuguesa de Linguística que, desde já, tem o poder, porque o tem, porque sabe (é o único caso em que pode equacionar poder com saber) esclarecer essa questão? Portanto, vamos fazer isso. E, ao fazer isso, ajudamos a Universidade, a Escola e, eventualmente, o País. É sempre o problema do cão que come o gato e do gato que come o rato. Mas não vamos pôr à frente a solução de problemas como é a relação directa com o Ministério. Qual é a relação directa do Ministério connosco? A ausência do Sistema de Ensino.

Portanto, acho que a Associação Portuguesa de Linguística, no seu segundo ano, podia ter, como prioridade, definir quais são os requisitos mínimos para motivar racionalmente o entendimento da Linguística, quais são as estratégias e as formas de levar a um aprofundamento do estudo. Por exemplo, não termos bibliotecas sobre carregadas de exemplares de livros mais consultados e a ausência de livros extremamente importantes ao nível da actualização.

As pessoas, de facto, não têm tempo nem motivações para elas próprias fazerem as suas próprias pesquisas. Evidentemente nós não podemos resolver tudo ao mesmo tempo, mas uma coisa é certa: se alguém sabe o estatuto da Linguística nesta comunidade há-de ser a Associação Portuguesa de Linguística. Isso eu penso que poderá fazer.